



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Parecer

COM(2013)794 e COM(2013)795

- **Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento**
- **Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 8 de janeiro de 2013, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento [COM(2013)794] e o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao conselho e ao comité económico e social europeu sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante [COM(2013)795].

As supra identificadas iniciativas foram enviadas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, atento o respetivo objeto, a qual analisou as referidas iniciativas e aprovou os Relatórios que se anexam ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1 – As presentes iniciativas dizem respeito à ao procedimento europeu de injunção de pagamento e ao processo europeu para ações de pequeno montante

2 - Numa altura em que a União Europeia enfrenta a maior crise económica da sua História, melhorar a eficácia da justiça na União Europeia tornou-se um fator importante de apoio à atividade económica¹. Uma das medidas de promoção da

¹ Painel da Justiça na UE, disponível em:
http://ec.europa.eu/justice/effectivejustice/scoreboard/index_en.htm.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

eficácia da justiça na UE é a revisão do regulamento que estabelece o processo europeu para ações de pequeno montante.

3 - O Regulamento (CE) n.º 861/2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, foi adotado em 11 de julho de 2007² com o objetivo de reforçar o acesso à justiça mediante a simplificação e aceleração da resolução de litígios transfronteiriços de pequeno montante e a redução dos respetivos custos. Além disso, o regulamento visava facilitar a execução das decisões, eliminando a necessidade de procedimentos intermédios (*exequatur*) para as fazer reconhecer e executar num Estado-Membro diferente daquele em que foram proferidas.

4 - Esta proposta de Regulamento tem, assim, por objetivo assegurar um melhor acesso à justiça de uma gama mais vasta de casos transfronteiriços de pequeno montante e reduzir a atual desvantagem económica para as PME e para os consumidores resultante do elevado custo dos processos judiciais.

5 – Nesse sentido, é proposta a revisão do Regulamento (CE) nº 861/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, destacando-se os principais pontos desta proposta:

- Estender o âmbito de aplicação do regulamento aos litígios transfronteiriços até 10 000 EUR;
- Alargar a definição de casos transfronteiriços;
- Aumentar a utilização das comunicações eletrónicas, incluindo para a notificação de certos documentos;
- Impor aos tribunais a utilização de videoconferência, teleconferência e outros meios de comunicação à distância para a realização das audiências e a produção de prova;
- Fixar um limite máximo para as custas judiciais;

² O Tratado da União Europeia estabelece que a União Europeia «proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas». Para criar este espaço, a União Europeia deve desenvolver a cooperação judiciária em matérias civis com uma dimensão transfronteiriça.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

- Impor aos Estados-Membros a criação de meios de pagamento das custas judiciais à distância;
- Limitar a obrigação de traduzir o formulário D (certidão da decisão proferida) apenas na parte que se refere ao teor da decisão;
- Impor aos Estados-Membros a obrigação de prestar informações acerca das custas judiciais, aos métodos de pagamento destas custas e à possibilidade de assistência para o preenchimento dos formulários.

6 – Em relação à segunda iniciativa, o RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, importa mencionar que esta iniciativa cumpre o disposto no artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 861/2007, que prevê que a Comissão apresente ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico Social Europeu, até 1 de janeiro de 2014, um relatório circunstanciado sobre a aplicação deste Regulamento.

7 – Referir, ainda, que em relação a esta segunda iniciativa, sendo uma iniciativa não legislativa não cabe a apreciação da observância do princípio da subsidiariedade.

8 – Por último, importa referir que os Relatórios apresentados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, foram aprovados e refletem o conteúdo das Iniciativas com rigor e detalhe. Assim sendo, devem dar-se por integralmente reproduzidos. Desta forma, evita-se uma repetição de análise e conseqüente redundância.

9 – Mencionar, ainda, o facto de a DECO - Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor ter enviado à Comissão de Assuntos Europeus um contributo sobre esta matéria, no qual refere que *“não pode deixar de congratular-se com a presente proposta no sentido de a mesma pretender tornar este procedimento mais eficiente e dotá-lo de maior eficácia, aproximando-o do conhecimento e capacidade dos consumidores.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

No entanto, embora acolhemos a presente iniciativa, não podemos deixar de salientar que a mesma poderá ser insuficiente para colmatar as lacunas que têm sido identificadas nos Estados-membros, pelo que questionamos se a mesma irá contribuir verdadeiramente para o funcionamento do mercado interno, para um melhor acesso à justiça e para a realização de um elevado nível de proteção dos consumidores.

Por este motivo, consideramos fundamental que as nossas preocupações sejam tidas em consideração, atenta a relevância deste mecanismo para os consumidores, e, por isso, mantemo-nos totalmente disponíveis no sentido de tornar este mecanismo mais útil e utilizável por parte dos consumidores.”

Atentas as disposições da presente proposta, cumpre suscitar as seguintes questões:

a) Da Base Jurídica

O Regulamento (CE) n.º 861/2007 foi adotado com base no artigo 61.º, alínea c), do Tratado CE, segundo o qual o Conselho adota medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil, e no artigo 67.º, n.º 1, do Tratado CE, que definia o processo legislativo a seguir. Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, qualquer revisão do Regulamento (CE) n.º 861/2007 tem por base o artigo 81.º, n.º 2, alíneas a), c) e f), do TFUE.

b) Do Princípio da Subsidiariedade

A necessidade de ação por parte da UE já tinha sido estabelecida em 2007, aquando da adoção do Regulamento (CE) n.º 861/2007. A questão a regular tem aspetos transfronteiriços, pelo que não pode ser satisfatoriamente tratada isoladamente pelos Estados-Membros. O objetivo de reforçar a confiança dos consumidores e das empresas, em particular das PME, no comércio transfronteiriço e o acesso à justiça em caso de litígios transfronteiriços não pode ser atingido sem uma alteração do regulamento em vigor, a fim de melhor refletir a evolução registada desde 2007 e colmatar as insuficiências verificadas na aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE III - PARECER

Em face dos considerandos expostos e atento o Relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1. A presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.
2. Em relação à iniciativa em análise, o processo de escrutínio está concluído.

Palácio de S. Bento, 21 de janeiro de 2014

O Deputado Autor do Parecer



(João Lobo)

O Presidente da Comissão



(Paulo Mota Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE IV – ANEXO

Relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS,
LIBERDADES E GARANTIAS

RELATÓRIO

COM (2013) 794 final – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO QUE ALTERA O REGULAMENTO (CE) N.º 861/2007, QUE ESTABELECE UM PROCESSO EUROPEU PARA AÇÕES DE PEQUENO MONTANTE, E O REGULAMENTO (CE) N.º 1896/2006 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 12 DE SETEMBRO DE 2006, QUE CRIA UM PROCEDIMENTO EUROPEU DE INJUNÇÃO DE PAGAMENTO

{SWD (2013) 459 final}

{SWD (2013) 460 final}

I. Nota preliminar

Ao abrigo do disposto no artigo 7º, n.º 2, da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de Maio, relativa ao “*Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia*”, a Comissão de Assuntos Europeus solicitou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias a emissão de relatório sobre a COM (2013) 794 final – “*Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento*”, a qual vem acompanhada por dois documentos de trabalho dos serviços da Comissão Europeia, vertidos na SWD (2013) 459 final e SWD (2013) 460 final, com a avaliação de impacto e a síntese dessa avaliação, respetivamente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Tal relatório destina-se a analisar a observância do princípio da subsidiariedade, nos termos previstos no Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo ao Tratado da União Europeia (TUE) e ao Tratado do Funcionamento da União Europeia (TFUE).

II. Do objeto, conteúdo e motivação da iniciativa

A COM (2013) 794 final refere-se à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento.

Esta proposta de Regulamento tem por objetivo assegurar um melhor acesso à justiça de uma gama mais vasta de casos transfronteiriços de pequeno montante e reduzir a atual desvantagem económica para as PME e para os consumidores resultante do elevado custo dos processos judiciais.

Nesse sentido, é proposta a revisão do Regulamento (CE) n.º 861/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, destacando-se os principais pontos desta proposta:

- Estender o âmbito de aplicação do Regulamento aos litígios transfronteiriços até €10.000¹, permitindo a aplicabilidade do processo simplificado aos pedidos de valor entre €2.000 e €10.000² (cfr. artigo 2º, n.º 1, da Proposta);
- Alargar a definição de casos transfronteiriços de modo a abranger todos os casos que não são de carácter exclusivamente interno (cfr. artigo 2º, n.º 2, da Proposta e proposta de supressão do artigo 3º do Regulamento);

¹ Atualmente o Regulamento só se aplica aos casos transfronteiriços de natureza civil ou comercial em que o valor do pedido não exceda €2.000.

² Estes representam cerca de 30% de todos os litígios transfronteiriços das empresas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Aumentar a utilização das comunicações eletrónicas, incluindo para a notificação de certos documentos (cfr. artigo 13º da Proposta);
- Impor aos tribunais a utilização de videoconferência, teleconferência e outros meios de comunicação à distância para a realização das audiências e a obtenção de prova (cfr. artigos 8º e 9º da Proposta);
- Limitar as custas judiciais a 10% do valor do pedido, em conjugação com a possibilidade de fixar custas judiciais mínimas não superiores a €35 (cfr. artigo 15º-A, n.º 1, da Proposta);
- Impor aos Estados-Membros a criação de meios de pagamentos das custas judiciais à distância, garantindo incluindo transferências bancárias e sistemas de pagamento em linha com cartões de débito ou crédito (cfr. artigo 15º-A, n.º 2, da Proposta);
- Suprimir a obrigação de traduzir o formulário modelo D (certidão da decisão proferida), com exceção do ponto 4.30 (teor da decisão) – cfr. artigo 21º, n.º 2 b), da Proposta;
- Introduzir a obrigação de os Estados-Membros comunicarem à Comissão as informações em matéria de custas judiciais e métodos de pagamento, bem como informações sobre a prestação de assistência prática às partes para o preenchimento dos formulários (cfr. artigo 25º da Proposta).

São ainda propostos vários aperfeiçoamentos técnicos ao Regulamento (CE) n.º 861/2007, a fim de ter em conta os desenvolvimentos mais recentes, como a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Nesse sentido:

- É proposta a clarificação do artigo 18º do Regulamento, de modo a evitar dificuldades práticas semelhantes às suscitadas por um recente pedido de decisão prejudicial apresentado ao Tribunal de Justiça, em que este tribunal foi chamado a interpretar uma disposição semelhante do Regulamento (CE) n.º 1896/2006. Atendendo a que o direito de requerer a revisão da decisão é formulado em termos ligeiramente diferentes, mas mais claros, no



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regulamento (CE) n.º 4/2009 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações de alimentos, clarifica-se o direito de requerer a revisão de forma a reproduzir o disposto neste Regulamento;

- É proposta a alteração dos artigos 26º e 27º que terão de seguir o novo procedimento de delegação instituído pelo artigo 290º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Por outro lado, é proposta a alteração do artigo 17º do Regulamento (CE) n.º 1896/2006, esclarecendo-se que se um litígio couber no âmbito de aplicação do processo europeu para ações de pequeno montante, estabelecido no Regulamento (CE) n.º 861/2007, este processo deve igualmente ser acessível à parte de um procedimento europeu de injunção de pagamento que tiver apresentado uma declaração de oposição contra uma injunção de pagamento europeia.

Prevê-se que esta Proposta de Regulamento entre em vigor no 20º dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia e que seja aplicável 6 meses após a sua entrada em vigor.

A Proposta de Regulamento contém um anexo com a ficha financeira legislativa.

o **Princípio da subsidiariedade**

Para os efeitos do disposto no artigo 5º, n.ºs 1 e 2, do Tratado da União Europeia (TUE) e no artigo 69º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), bem como no Protocolo n.º 2 anexo, relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, verifica-se que a concretização do objetivo proposto – alteração do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e do Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento, com o propósito de assegurar um melhor acesso à justiça de uma gama mais vasta de casos transfronteiriços de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

pequeno montante e reduzir a atual desvantagem económica para as PME e para os consumidores resultante do elevado custo dos processos judiciais – só pode ser alcançado ao nível da União Europeia.

Daí que se conclua que a proposta em causa é conforme ao princípio da subsidiariedade.

III – Conclusões

Face ao exposto, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias conclui o seguinte:

- a) Que a COM (2013) 794 final – *“Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante, e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento”* não viola o princípio da subsidiariedade;
- b) Que o presente relatório deve ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus.

Palácio de S. Bento, 10 de dezembro de 2013

O Deputado Relator



(Paulo Ribeiro)

O Presidente da Comissão



(Fernando Negrão)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS,
LIBERDADES E GARANTIAS**

RELATÓRIO

**COM (2013) 795 final – RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU,
AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do
Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece
um processo europeu para ações de pequeno montante**

I. Nota preliminar

A Comissão de Assuntos Europeus, em cumprimento com o estabelecido no artigo 7º, n.º 2, da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de Maio, relativa ao “*Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia*”, remeteu à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para emissão de relatório, a COM (2013) 795 final, a qual foi distribuída ao ora signatário na reunião do dia 4 de dezembro de 2013.

Tratando-se de uma iniciativa não legislativa, não cabe à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias analisar a observância do princípio da subsidiariedade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

II. Breve análise

A COM (2013) 795 final refere-se ao relatório da Comissão sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante¹.

Esta iniciativa dá satisfação ao disposto no artigo 28º do Regulamento (CE) n.º 861/2007, que prevê que a Comissão apresente ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico Social Europeu, até 1 de janeiro de 2014, um relatório circunstanciado sobre a aplicação deste Regulamento, incluindo especialmente o limite de €2.000.

De acordo com o relatório, a aplicação do Regulamento contribuiu, em geral, para melhorar, simplificar e acelerar a tramitação de pedidos de pequeno montante em litígios transfronteiriços. Reduziu as custas judiciais até 40% e a duração do processo passou de 2 anos e 5 meses para uma média de 5 meses.

No entanto, o recurso a este processo é ainda bastante limitado, tendo o relatório apontado algumas deficiências, das quais se destaca o limite de €2.000 previsto no Regulamento, que priva muitos potenciais requerentes em litígios transfronteiriços da utilização de um processo simplificado, sobretudo por parte das PME.

Acresce que o Regulamento é ainda pouco conhecido. O Eurobarómetro n.º 395 releva que 86% dos cidadãos nunca ouviram falar deste processo. Por outro lado, um estudo efetuado pela Rede dos Centros Europeus de Consumidores em todos os Estados-Membros mostrou que quase metade dos órgãos jurisdicionais nunca ouviu falar deste processo e a outra metade não o conhecia em pormenor.

¹ Este Regulamento é aplicado desde janeiro de 2009 em todos os Estados-Membros, com exceção da Dinamarca.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Comissão tentou resolver o problema da falta de sensibilização mediante uma série de ações, nomeadamente a publicação de informações, juntamente com formulários interativos, em vários sítios da internet (Rede Judiciária Europeia, Atlas Judiciário Europeu e Portal Europeu da Justiça), módulos de formação especializada para juízes e profissionais do direito e seminários para formadores, no âmbito da Justiça Cível, um guia prático destinado aos profissionais do direito e um guia do utilizador para os cidadãos.

Em alguns casos, o Regulamento não é corretamente aplicado, o que pode ser corrigido através da clarificação de algumas disposições que criaram dificuldades. Trata-se, por exemplo, da falta de transparência de certas informações sobre custas judiciais, métodos de pagamento e assistência para preencher os formulários.

Os restantes problemas devem-se sobretudo a deficiências do Regulamento em vigor, designadamente o âmbito de aplicação limitado devido ao limite dos €2.000 e a definição restritiva de caso transfronteiriço, as regras processuais que dão prioridade à citação ou notificação por via postal, a reduzida utilização de meios de comunicação à distância, a desproporcionalidade das custas judiciais em alguns casos, a ausência de métodos de pagamento em linha em alguns Estados-Membros e as despesas de tradução desnecessárias na fase de execução.

Daí que o presente Relatório seja acompanhado de uma proposta de revisão do Regulamento em vigor² e de uma avaliação de impacto³ relativa aos problemas suprarreferidos.

² COM (2013) 794 final

³ SWD (2013) 459 final.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

III – Conclusão

Face ao exposto, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias delibera:

- Que o presente relatório relativo à COM (2013) 795 final – *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante* – seja remetido à Comissão dos Assuntos Europeus.

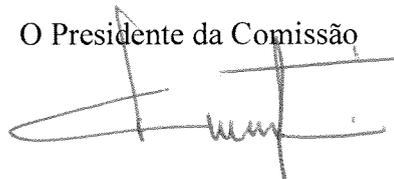
Palácio de S. Bento, 10 de dezembro de 2013

O Deputado Relator



(Paulo Ribeiro)

O Presidente da Comissão



(Fernando Negrão)